

# Parlamentar dá aumento, mas não leva

Os parlamentares não terão direito ao reajuste global de 60% concedido ao funcionalismo público. As adequações a nova Constituição feitas em outubro, quando a remuneração passou de Cz\$ 1,3 milhão a Cz\$ 2,6 milhões sujeitos a tributação, fizeram com que este mês passasse a ser a data-base dos congressistas. Sairam, portanto, da data-base de janeiro, dos servidores públicos.

E o que informa o parecer jurídico da assessoria do Senado, distribuído ontem pelo líder do PMDB, Ronan Tito, que reforça o decreto legislativo aprovado dia 15 pelos senadores, por unanimidade, com a mesma posição.

Ronan Tito informou que os senadores terão direito à variação do índice de Preço ao Consumidor (IPC), que elevará a remuneração de Cz\$ 4,7 milhões a Cz\$ 6,01 milhões brutos. Descontados os 25% do Impos-

to de Renda e os 10% para o Instituto da Previdência fica o líquido de Cz\$ 3,9 milhões. Com o reajuste de 60%, eles passariam para Cz\$ 7,6 milhões brutos e Cz\$ 5,3 milhões com os descontos.

Na Câmara, contudo, o assunto ainda vai render muita discussão. O líder em exercício do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE) acredita que o decreto legislativo impedita que o reajuste dos servidores seja aplicado aos deputados. No Senado ocorreu o mesmo, sem que o plenário contestasse; ao contrário, a aprovação se deu por unanimidade.

Segundo Inocêncio, ele e os demais líderes foram agredidos verbalmente por alguns dos liderados. Ele conta ter ouvido do líder do PL, Adolfo de Oliveira, a afirmação de que "quase foi destituído da liderança" por ter dado seu aval contra o reajuste dos 60%. Ou-

viu, ainda, o líder do PMDB em exercício, Genivaldo Correia (BA) dizer que nunca havia sofrido tanta pressão de seus colegas.

Os presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, Humberto Lucena, também decidiram não aplicar aos salários dos senadores e deputados em janeiro os 60% concedidos ao funcionalismo. Só que, na prática, segundo o líder do PFL, a decisão não tem valor, diante da exigência da aprovação de um decreto legislativo fixando a medida.

Inocêncio prevê um novo round no início dos trabalhos legislativos, quando o tema voltará ao plenário, embora reconheça que muitos de seus colegas — "os que mais protestaram da vez anterior" — ficarão sem jeito de contestar uma ação aprovada pelo plenário do Senado sob aplausos da opinião pública.